



## ■ APRESENTAÇÃO

O ciclo de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental abrange um tempo sequencial de três anos, sem interrupções. Esse tempo é dedicado à inserção da criança na cultura escolar, visando à aprendizagem da leitura e escrita e à ampliação do seu universo nas diferentes áreas do conhecimento. A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, estabelecendo em seu art. 30 que os três anos iniciais devem assegurar a alfabetização e o letramento. Estabelece também a continuidade da aprendizagem, levando em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos causados pela reprovação no primeiro ano de escolaridade.

A Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, amplia a escolaridade mínima de oito anos para nove anos no Ensino

Fundamental, exigindo da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer do DF a elaboração de uma nova proposta pedagógica que proporcione a inserção da criança de seis anos em um ambiente voltado para a alfabetização e o letramento. Assim, antecipando o que viria a ser regulamentado, a SEDF implanta - ainda em 2005 - o Bloco Inicial de Alfabetização, que permite a criança permanecer em seus estudos por meio da progressão continuada. Tal concepção se baseia na ideia de que a aprendizagem é contínua, e pode ser melhor realizada através de uma organização que se atente às necessidades de cada estudante.

A implantação do Bloco Inicial de Alfabetização/BIA ocorreu de forma gradativa, tendo início na regional de ensino de Ceilândia, em 2005, sendo seguida pela regional de Taguatinga em 2006, e pelas regionais de ensino de Brazlândia, Guará e Samambaia no ano seguinte, 2007; as demais regionais iniciaram em 2008. Aliada

às ações de implantação do BIA, ocorre a criação dos Centros de Referência em Alfabetização/CRA, cujo objetivo é subsidiar a prática dos professores na organização do trabalho pedagógico em suas unidades escolares, numa perspectiva voltada à ludicidade e ao letramento.

Os profissionais envolvidos no CRA, nas regionais de ensino, desenvolveram um trabalho de acompanhamento pedagógico nas unidades escolares, envolvendo os professores nas discussões sobre alfabetização, e esclarecendo as questões do tempo e do espaço na construção do conhecimento e das estratégias pedagógicas para as aprendizagens das crianças no BIA.

O trabalho obteve bons resultados e reconhecimento dos professores alfabetizadores, que se sentiram acolhidos pelos gestores das unidades escolares e das regionais de ensino. Tais gestores também perceberam mudanças na organização do



Equipe CRAI - Fonte: Ascom/SEDF – Foto: Tiago Oliveira/ASCOM - SEDF

trabalho pedagógico e na gestão pública, de tal modo que, a partir desses resultados, a atuação dos CRA foi ampliada para o atendimento aos professores dos 4º e 5º anos também - o 2º ciclo do ensino fundamental. Dessa forma, por meio da Portaria nº 51 de 20 de abril de 2015, o Centro de Referência em Alfabetização/CRA passa a ser o Centro de Referência para os Anos Iniciais/CRAI.

Com essa ampliação, a SEDF fortalece o trabalho pedagógico realizado por esses profissionais e consolida um movimento de estudo e reflexão sobre as práticas pedagógicas e o trabalho coletivo, de modo a ressignificar o espaço da formação continuada.

Em 2015, essa política pública - CRA - completa 10 anos de história de sucesso na rede pública. Seu sucesso é devido ao envolvimento de educadores comprometidos com o fazer pedagógico, com a formação continuada e com a busca de resultados cada vez melhores.

“  
Um dos principais intuítos desta edição especial da Revista *Com Censo* é o de inserir os demais profissionais da educação na discussão sobre alfabetização e sobre planejamento, para alcançarmos a escola que sonhamos e queremos.”

A Revista *Com Censo* traz esta edição especial construída sob o olhar de dois grupos de profissionais envolvidos com o trabalho dos professores alfabetizadores. Um deles é o Centro de Referência para os Anos Iniciais/CRAI, composto por

professores da rede pública do Distrito Federal, que trabalham como articuladores no papel de orientar, acompanhar, avaliar e subsidiar o fazer pedagógico dos professores dos anos iniciais. Outro grupo é a Coordenação de Formação Continuada de Professores - CFORM/UnB, que trilhou essa década de trabalho na formação de alfabetizadores em estreita parceria com a Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

Esta edição foi coordenada pela Diretoria de Ensino Fundamental da Subsecretaria de Educação Básica em conjunto com a Diretoria de Informações Educacionais da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, e com a Universidade de Brasília. Esses grupos consideraram importante, relatar um pouco da história construída por esses profissionais que estiveram à frente dessa política pública da SEDF, denominada inicialmente Centro de Referência em Alfabetização/CRA, como também da história





de formação de professores, por meio da Universidade de Brasília, cujas políticas comemoram, em 2015, dez anos de implantação na rede pública de ensino.

Para esta edição foram realizadas entrevistas, relatos de experiência e artigos pelas pessoas envolvidas tanto no CRA/CRAI quanto na CFORM/UnB. As entrevistas e relatos retratam as vivências dos profissionais no Centro de Referência em Alfabetização, a implantação do ensino fundamental de nove anos no Distrito Federal, a instituição do BIA e as estratégias pedagógicas utilizadas nesses dez anos.

A entrevista com Vânia Leila de Castro Nogueira e Seir Pereira da Silva – articuladoras do CRA – traz depoimentos sobre a experiência da regional de Ceilândia, que foi a primeira regional a implantar o CRA no DF.

A entrevista com Maria Aparecida Vieira Correia – articuladora do CRA – mostra a experiência da professora na regional do Paranoá nos primeiros anos da implantação do CRA nessa regional.

No relato de Edileuza Fernandes da Silva – professora da SEEDF –, ela fala sobre os dez anos do BIA, e de sua experiência com a implantação desde o início do BIA nas regionais de ensino.

No relato de Deise Soares Carrijo Birnbaum – professora da SEDF –, ela fala sobre as importantes contribuições que o BIA e o CRA deram para a alfabetização no DF.

No relato de Flávia Motta Santos Duarte – professora de espanhol na SEDF –, ela fala sobre os projetos e desafios que envolveram a introdução do CRA na regional de Sobradinho.

No relato de Dalva Martins de Almeida e Cláudia Aparecida Borges – ambas tendo atuado como articuladoras do CRA –, elas mostram suas memórias e falam sobre o percurso do CRA na regional de Santa Maria.

No relato de Clarissa Ivy Fortunato Ribeiro – coordenadora intermediária da Ed. Infantil em Planaltina –, ela comenta sobre a vivência do CRA na regional de Planaltina.

Os artigos, por sua vez, trazem reflexões, e análises sobre os caminhos e descaminhos do

Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, imbricados à formação de professores, destacando aspectos inerentes ao fazer pedagógico e à alfabetização.

O artigo **O Centro de Referência em Alfabetização - CRA: contexto da formação docente no Distrito Federal**, de Luciana da Silva Oliveira, professora da SEEDF, fala sobre o papel dos Centros de Referência em Alfabetização/CRA, que se constituem como um contexto de formação continuada na SEEDF, e analisa um as práticas formativas de um dos CRA, dando ênfase às práticas do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC.

O artigo **Progressão continuada no BIA: por uma escola diferente da que conhecemos**, de Maria Susley Pereira, professora da SEDF, apresenta uma reflexão sobre o Bloco Inicial de Alfabetização/BIA sob o prisma da organização em ciclos, buscando argumentar em prol das avaliações como instrumentos que devem funcionar a favor das aprendizagens, de modo diferente da maneira convencional com que se lida com os anos iniciais do Ensino Fundamental.

O artigo **“Por que a sopa de pedra da velha é tão gostosa?”: a leitura pode fazer diferença na vida dos alunos**, de Norma Lucia Queiroz, professora da Universidade Aberta do Brasil/UnB e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/UnB, faz uma análise acerca da proposta pedagógica de leitura de uma escola pública do DF com uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental, onde se realiza a leitura de diferentes títulos literários; a proposta traz bons resultados na qualidade da leitura e do aprendizado e desperta o interesse dos estudantes de modo que conclui-se que ela poderia ser incorporada nas classes de alfabetização em todas as escolas públicas do Distrito Federal.

O artigo **Ludicidade: as possibilidades de uma prática bem sucedida na alfabetização**, de Magalis Bésser Dorneles Schneider, professora da UFG, discute a prática docente em uma classe de alfabetização e as melhorias que o uso de atividades lúdicas pode trazer para o aprimoramento da

aprendizagem da leitura e da escrita, levando à conclusão de que a ludicidade de fato contribui para a aprendizagem de uma leitura crítica e emancipadora na alfabetização.

O artigo **Identificando práticas pedagógicas inclusivas na sala de aula**, de Amaralina Miranda de Souza, professora da Faculdade de Educação/UnB, busca identificar práticas pedagógicas inclusivas, em duas classes de Integração Inversa de alfabetização em duas escolas da SEEDF, nas quais se evidenciem indicadores de práticas pedagógicas inclusivas como: planejamento flexível, uso de materiais de apoio diversificados, organização da sala de aula e uso de estratégias pedagógicas diversificadas visando o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos e o atendimento à diversidade das demandas educacionais.

O artigo **O portfólio e o regurgitamento no processo de alfabetização: estilos de aprendizagem em evidências**, de Leila Chalub-Martins, professora da Faculdade de Educação/UnB e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/UnB, traz os resultados de uma pesquisa feita na Escola Classe Cariru, dentre os quais estão fortes indícios de que a organização do trabalho em sala de aula - através da ferramenta de avaliação chamada portfólio e da metodologia de reagrupamento – facilita o processo de alfabetização e favorece os estilos de aprendizagem dos estudantes.

Por fim, vemos que um dos principais intuitos desta edição especial da Revista *Com Censo* é o de inserir os demais profissionais da educação na discussão sobre alfabetização e sobre planejamento, para alcançarmos a escola que sonhamos e queremos.

O desafio é grande, mas segundo Cruz:

(...) quem espera ter clareza total e segurança máxima para mudar, não quer mudar. Em educação, não há estrada asfaltada. O caminho se faz caminhando e quem vai à frente se espeta. Ou, se preferir ir pela água, vai nadando contra a corrente. ■

## Fábio Pereira de Sousa

Subsecretário da Subsecretaria de Planejamento,  
Acompanhamento e Avaliação da SEDF

## Daniel Damasceno Crepaldi

Subsecretário da Subsecretaria de  
Educação Básica da SEDF